

## **Uma análise crítica à concepção do empreendedorismo como alternativa para saída da crise social e econômica**

**A critical analysis of the concept of entrepreneurship as an alternative to the way out of the social and economic crisis**

**Un análisis crítico del concepto de emprendimiento como alternativa a la salida de la crisis social y económica**

Recebido: 06/05/2021 | Revisado: 10/05/2021 | Aceito: 10/05/2021 | Publicado: 27/05/2021

**Edilene Rodrigues Araújo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0196-0471>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: [edilene.era@gmail.com](mailto:edilene.era@gmail.com)

**Maira Nobre de Castro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5204-5329>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: [mairanobre@gmail.com](mailto:mairanobre@gmail.com)

### **Resumo**

Diversos estudos ligados à sociologia e às ciências políticas percebem o Estado como um importante mecanismo de coerção social. Analisando o desenvolvimento social da humanidade, depreende-se que o Estado tem se adaptado às diferentes demandas da elite burguesa, a qual detém o poder nos mais diversos contextos sociais e políticos. Com essa transformação capitalista da sociedade, ocorre, também, a subordinação da organização social às exigências do capital. Esse é o momento onde ocorre a construção de um Estado e das instituições políticas, ambos adequados ao domínio da burguesia. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo realizar uma discussão sobre a linha conceitual que considera o empreendedorismo como uma alternativa para a saída de uma crise social e econômica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. Para a coleta dos dados foi realizado um levantamento teórico em estudos de Max Weber (1864-1920), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Thomas Hobbes (1588-1651) em relação à teoria geral do Estado; de Karl Marx (1818-1883) em relação à intervenção do Estado nos aspectos econômicos e sociais; e de Schumpeter (1997), por se tratar de uma importante referência no estudo do empreendedorismo. Os resultados contribuem para a discussão sobre os conceitos de empreendedorismo e as características dos empreendedores e empreendedoras, além de abordar sobre o processo de empreender em um Estado marcado pela sua subordinação histórica ao capital. Dessa forma, espera-se que o presente estudo colabore com a construção do referencial teórico sobre empreendedorismo e inovação, em uma vertente mais crítica e contextualizada.

**Palavras-chave:** Estado e sociedade; Capitalismo; Empreendedorismo.

### **Abstract**

Several studies related to sociology and political sciences perceive the State as an important mechanism of social coercion. Analyzing the social development of humanity, it appears that the State has adapted to the different demands of the bourgeois elite, which holds power in the most diverse social and political contexts. With this capitalist transformation of society, there is also the subordination of social organization to the demands of capital. This is the moment when the construction of a state and political institutions takes place, both suited to the domination of the bourgeoisie. Given this context, this article aims to discuss the conceptual line that considers entrepreneurship as an alternative to the solution of a social and economic crisis. It is a qualitative and bibliographic research. For data collection, a theoretical survey was carried out in studies by Max Weber (1864-1920), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) and Thomas Hobbes (1588-1651) in relation to the general theory of the State; Karl Marx (1818-1883) in relation to State intervention in economic and social aspects; and Schumpeter (1997), as it is an important reference in the study of entrepreneurship. The results contribute to the discussion on the concepts of entrepreneurship and the characteristics of entrepreneurs, in addition to addressing the process of entrepreneurship in a State marked by its historical subordination to capital. Thus, it is expected that the present study collaborates with the construction of the theoretical framework on entrepreneurship and innovation, in a more critical and contextualized perspective.

**Keywords:** State and society; Capitalism; Entrepreneurship.

## Resumen

Varios estudios relacionados con la sociología y las ciencias políticas perciben al Estado como un importante mecanismo de coerción social. Analizando el desarrollo social de la humanidad, parece que el Estado se ha adaptado a las distintas demandas de la élite burguesa, que ostenta el poder en los más diversos contextos sociales y políticos. Con esta transformación capitalista de la sociedad, también existe la subordinación de la organización social a las demandas del capital. Este es el momento en que se produce la construcción de un Estado y de instituciones políticas, ambas adecuadas al dominio de la burguesía. Ante este contexto, este artículo tiene como objetivo discutir la línea conceptual que considera el emprendimiento como una alternativa a la solución de una crisis social y económica. Es una investigación cualitativa y bibliográfica. Para la recogida de datos se realizó un relevamiento teórico en los estudios de Max Weber (1864-1920), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) y Thomas Hobbes (1588-1651) en relación a la teoría general del Estado; Karl Marx (1818-1883) en relación con la intervención del Estado en los aspectos económicos y sociales; y Schumpeter (1997), por ser un referente importante en el estudio del emprendimiento. Los resultados contribuyen a la discusión sobre los conceptos de emprendimiento y las características del emprendedor, además de abordar el proceso de emprendimiento en un Estado marcado por su histórica subordinación al capital. Así, se espera que el presente estudio colabore con la construcción del marco teórico sobre emprendimiento e innovación, en una perspectiva más crítica y contextualizada.

**Palabras clave:** Estado y sociedad; Capitalismo; Emprendimiento.

## 1. Introdução

O capitalismo contemporâneo tem como fator disparador a emergência da crise dos anos 70 e o declínio do estado burguês keynesiano. Nessa perspectiva, o capital financeiro internacional, base da burguesia interna, passou a gerar uma alta produtividade com enorme capacidade competitiva, seja na liberalização do comércio mundial, ou na abertura de novas regiões para inversões.

Nesse sentido, entende-se que o capitalismo não pode sobreviver e desenvolver-se senão quando estão reunidas duas características importantes: o monopólio de meios de produção em proveito de uma classe de proprietários privados; e a existência de uma classe separada dos meios de subsistência e de recursos que lhe permitam viver de outro modo, que não pela venda da sua força de trabalho. É nesse contexto que o empreendedorismo é abordado como uma importante ferramenta de sustentação dessa realidade.

Diante desse escopo, o presente ensaio tem por objetivo realizar uma discussão sobre a linha conceitual que considera o empreendedorismo como uma alternativa para a saída de uma crise social e econômica, a qual geraria, dentre outras questões, o desemprego. Para isso, buscou-se elaborar uma breve análise acerca da complexa relação que se estabelece entre Estado, capitalismo e práticas econômicas.

Na primeira parte aborda-se sobre o Estado Moderno e as revoluções burguesas, chegando ao epicentro da ideia de Estado no contexto capitalista. Em seguida são apresentadas ideias e discussões sobre o capitalismo na contemporaneidade, sobretudo no paradigma rentista de acumulação e dominância financeira, ou seja, o Estado no capitalismo contemporâneo financeirizado.

Finalmente, à luz de um conjunto de reflexões e estudos, são apontadas algumas práticas econômicas que dão sustentação ao estado capitalista, na perspectiva de apontar para algumas implicações na sociedade contemporânea, especialmente nos aspectos ligados ao ato de empreender.

## 2. Metodologia

Esta pesquisa tem um enfoque qualitativo, pois considera que os fenômenos podem ser traduzidos por meio de uma análise interpretativa dos resultados. Ademais, trata-se de um estudo exploratório-analítico, pois busca uma análise aprofundada dos assuntos aqui tratados.

Nesse sentido, corroboramos com Pereira, Shitsuka, Parreira e Shitsuka (2018) que os fatos não devem ser

considerados de forma isolada, e que podemos ressaltar a importância da geração de contradições que precisam ser resolvidas.

De acordo com Carvalho, Duarte, Menezes e Souza (2019), existem duas razões para se realizar uma pesquisa: uma delas seria de ordem intelectual e a outra de ordem prática. As pesquisas de ordem intelectual têm relação com a satisfação de conhecer algo. Ademais, os autores salientam que uma razão não anula a outra, pois uma pesquisa com base teórica pode fornecer conhecimentos passíveis de aplicação prática, por exemplo.

Nessa perspectiva, esta pesquisa é do tipo bibliográfica, consistindo, portanto, em uma revisão de literatura sobre importantes referenciais teóricos publicados acerca do tema pesquisado.

Quanto à coleta de dados, também considerada a parte prática da pesquisa, destaca-se que ela envolve, além da determinação da população a ser pesquisada, a elaboração dos instrumentos de coleta e a sua programação (Pereira, Shitsuka, Parreira & Shitsuka, 2018). Nesse contexto, o levantamento de dados desta pesquisa ocorreu por meio de um estudo bibliográfico em livros digitais, artigos científicos, revistas, teses, e demais leituras relacionadas à temática abordada.

Assim, além de estudos atuais, esta pesquisa buscou um embasamento teórico em obras de Max Weber (1864-1920), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Thomas Hobbes (1588-1651) em relação à teoria geral do Estado; de Karl Marx (1818-1883) em relação à intervenção do Estado nos aspectos econômicos e sociais; e de Schumpeter (1997), por se tratar de uma importante referência no estudo do empreendedorismo.

### **3. Resultados e Discussão**

A teoria geral do Estado, tratada na obra de autores como Max Weber (1864-1920), Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Thomas Hobbes (1588-1651), nos aponta que o Estado é aquele que exerce poder sobre a sociedade civil. Por exemplo, Marx Weber, na sua obra *Economia e Sociedade*, afirma que o Estado tem o monopólio legítimo do poder, sendo desse modo capaz de utilizar tal legitimidade para fazer uso da força na resolução de conflitos sociais. Nessa perspectiva, é possível concluir a partir da leitura dessa obra, que o Estado é uma instituição que concentra o poder em si para administrar a sociedade.

No intuito de agregar maior nível de compreensão histórica e social, é importante saber que o Estado tem duas formas elementares: o Estado Antigo ou Pré-Moderno, e o Estado Moderno. A primeira forma é marcada pela descentralização, gerenciamento de contingentes populacionais no abastecimento, logística de manutenção das cidades, guerras por territórios e exercícios de poder. Nesse estágio, as lideranças são tradicionais e baseadas na legitimidade teocrática.

Em relação ao Estado Moderno, podemos apontar que ele surgiu com o fim do feudalismo e conseqüente advento do mercantilismo. Nesse contexto, tornou-se necessária a criação de um modelo de governo forte e centralizado, e é daí que emana o estado absolutista. Nesse modelo existe um grande esforço para a centralização de tradições nacionais, e isso na tentativa de superação ou camuflagem das diferenças étnicas e de classes.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), considerado por muitos estudiosos como uma das principais referências do Estado Moderno, considera essa instância como um todo ético organizado, sendo assim a união da vontade universal e subjetiva. Ainda de acordo com referido autor, o Estado é a substância ética por excelência, significando com isso que ambos - Estado e constituição - são os legítimos representantes da liberdade.

Para Thomas Hobbes (1588-1651), o Estado é a instituição fundamental para regular as relações humanas, dado caráter da condição natural dos homens, que os direciona em busca do atendimento de seus desejos de qualquer maneira, a qualquer preço e de forma egoísta. Em sua obra *Leviatã*, escrita no ano de 1651, ele afirma ser o Estado o resultado do acordo feito entre os homens, para que todos abdicuem de sua “liberdade total”, ocasionando assim uma espécie de consentimento para que o poder vigente esteja concentrado na figura de um governante; este, por sua vez, agiria em favor da coletividade.

Diante do que foi exposto até aqui, e colaborando com essa teoria de pensamento, cabe refletir que a revolução burguesa provocou profundas modificações no cerne do Estado Moderno. Foi o processo pelo qual o capitalismo se tornou hegemônico nas formações econômico-sociais, submetendo a seus interesses toda a produção material.

Na obra “Introdução à ética protestante e o espírito do capitalismo”, publicação de Max Weber, datada no ano de 1904, o Estado ao lado do capitalismo e dos fenômenos culturais torna-se, em um sentido estrito, a entidade política de poder e dominação.

Karl Marx (1818-1883), anteriormente, preconizava uma análise que previu uma sociedade estratificada em classes, havendo, desse modo, a necessidade da instituição Estado para viabilizar a exploração e a dominação de uma classe sobre outra, algo que desencadearia lutas e conquistas de classes dominadas, também denominadas de minorias políticas.

Nesse espectro de cunho ideológico, Ferreira (2016) sublinha que o Estado reflete e reproduz a vontade dominante, bem como sua ideologia e formas de favorecimento. Nessa perspectiva, emana um modelo onde as posições econômicas e sociais são conquistadas por um novo tipo de capital, o rentista; que também foi apontado por Karl Marx, no livro III de O capital, mas sob a expressão “capital portador de juros”.

Ainda de acordo com Marx, a partir da segmentação da sociedade em classes, produto da divisão social do trabalho, tem início a formação do estado moderno capitalista. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível que o estado produza certo tipo de poder econômico, para que, desse modo, se efetive a dominação de uma classe sobre outra.

Em relação ao papel do Estado na economia, Poulantzas (1978) destaca a forma hegemônica, e o ideal de acumulação e reprodução que essa instância exerce, isso mediante uma lógica que desempenha um papel de replicar e inculcar a lógica do capital.

De uma forma geral, o Estado funciona de acordo com as exigências do capitalismo, que se apresenta como um sistema de dimensão global. Por consequência, as revoluções industriais e tecnológicas se destacam, pois estimulam e direcionam à competição intercapitalista como a imposição de novos elementos de mudança no centro dinâmico capitalista. Dessa forma, o Estado, como um aliado desse modo de produção, acaba por atender aos propósitos de ordem externa ou de dimensão global (Pochmann, 2017).

Nesse sentido, Joachim Hirsch (1929-2011), em sua “Teoria Materialista do Estado” (2010), expandiu a reflexão acerca do capitalismo e sua relação direta com o aparelho estatal. Assim, o capitalismo, por ser um sistema inerentemente instável e criador de crises, necessita da atividade do Estado para resolução de conflitos, logo, age de forma a beneficiar a classe dominante que, no sentido materialista, é a dona dos meios de produção.

Além disso, o autor supracitado alerta para o surgimento de uma nova organização social do trabalho, para uma nova sociedade, bem como para o surgimento de um relacionamento indissociável entre Estado e capital.

Nesse sentido, consideramos importante para nossas reflexões apontar para dois enfoques do estado: o chamado keynesiano e o burguês neoliberal. Nessa perspectiva, ainda cabe destacar que Hirsch (2010), no momento que apontou a passagem do Estado burguês “keynesiano” para o Estado burguês “neoliberal” nos países capitalistas, denunciou a existência de uma espécie de mudança de caráter hegemônico.

Antes, no período de hegemonia da burguesia nacional, que corresponde ao keynesianismo, a política econômica estatal assume aspectos protecionistas e intervencionistas na produção e regulação das relações de trabalho. Já na hegemonia da burguesia interna, que corresponde ao neoliberalismo, os traços da política estatal são a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação da economia.

Dessa forma, podemos analisar sob uma ótica mais aprofundada, acerca do processo de coparticipação de poder entre o Estado e os donos dos meios de produção, algo que viria a corroborar substancialmente para o avanço do capitalismo.

É importante frisar que, a partir da liberalização dos mercados e da crescente internacionalização do capital, houve o

fim da orientação voltada para o mercado interno, algo típico de uma burguesia nacional agora direcionada para uma ideologia industrial.

Nesse âmbito, também eclodiram as crises típicas do capitalismo, expressando processos de superprodução ou de pouco consumo, algo que refletiu em um desequilíbrio estrutural entre a capacidade de expansão das forças produtivas, e a incapacidade de distribuir renda na mesma medida de sua expansão.

Diante desse novo quadro, o mercado financeiro, agora em grande crescimento, tem um privilégio econômico e social notável. Tais transformações no crescente cenário de acumulação financeira ocorreram num contexto de internacionalização do capital, bem como na abrangência da dominação mercantil.

Isso foi possível graças às políticas de liberalização implementadas pelos países do Grupo dos Sete (G7), que se trata do grupo dos países mais industrializados do mundo, composto, atualmente, por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. Dessa forma, temos agora um processo de transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo, de modo a obter mais lucros, com liquidez bem maior, a partir de incentivos tributários para circular.

O Toyotismo, regime econômico de acumulação que foi sucessor do fordista, foi o regime de capital de aplicação financeira organizado a partir de relações originadas menos na esfera produtiva e mais na esfera financeira. Para esse modelo, o economista François Chesnais utiliza a expressão “regime de acumulação com dominação financeira” (Chesnais, 1997). Esse termo configura o paradigma do novo capitalismo, onde as posições econômicas e sociais são conquistadas por um novo tipo de capital, o rentista.

Dessa forma, temos a configuração de um modelo neoliberal, com a hegemonia do capital financeiro especulativo, fazendo com que a maioria significativa dos movimentos econômicos circule não apenas na esfera da produção ou do comércio de bens, mas predominantemente na compra e venda de papéis nas Bolsas de Valores, ou de papéis das dívidas públicas dos governos.

Segundo Harvey, “o capital não é uma coisa, mas o processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro” (Harvey, 2011, p. 41). Para explicar o caráter circular desse processo, ele faz referência aos capitalistas – os quais, segundo ele, são os motores do processo – e aos seus modos específicos de atuar no sistema econômico, nas suas palavras:

Os capitalistas financistas se preocupam em ganhar mais dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros. Os capitalistas comerciantes compram barato e vendem caro. Os proprietários cobram aluguéis porque a terra e os imóveis que possuem são recursos escassos. Os rentistas ganham dinheiro com royalties e direitos de propriedade intelectual (Harvey, 2011, p. 41).

Em decorrência do que foi apontado, temos nesse regime um profundo acirramento em relação à luta de classes, assim como uma diversificação dos meios de acumulação, produzida por aqueles que operam os meios de produção, de forma a gerar mais lucro aos que detêm os meios de produção. Marx, no livro “O capital” já percebia essa tendência caracterizada pela ampliação das atividades produtivas imateriais que se agregam à cadeia produtiva de valor.

Nessa nova realidade surge um novo sistema de regulamentação econômica, política e social, chamado por Harvey de acumulação flexível. Esta modalidade de acumulação de capital se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo.

Ademais, é caracterizada pelo surgimento de setores inovadores na produção, nos mercados e, particularmente, ao fornecimento de serviços financeiros diferenciados e ao alto grau de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Justamente em consequência da liberalização, desregulamentação e privatização que a acumulação flexível se configura de forma conjunta a economia baseada na exploração da força de trabalho barata e precária possibilitando uma reprodução

ampliada do capital.

Assim, o subdesenvolvimento é entendido como uma forma específica do desenvolvimento capitalista e da acumulação, no qual existe uma transferência para os trabalhadores de custos e gerenciamento de sua própria reprodução social. Essa realidade ocorria materialmente no trabalho informal e nos pequenos empreendimentos, que contribuem para o desenvolvimento do processo de industrialização e da estruturação do mercado de trabalho (Abílio, 2020, p. 586).

O processo de trabalho produtivo no sistema capitalista, que gera um incremento excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho, não anula as determinações gerais do processo de trabalho, ou seja, produz produtos e mercadorias, como unidade de valor-de-uso e valor-de-troca, mas esse processo de trabalho é somente um meio para a valorização do capital (Antunes, 2018).

As inovações tecnológicas e organizacionais incentivam a concorrência entre os trabalhadores com vista à obtenção de uma maior rentabilidade no trabalho, e redução dos custos de produção. Nessas circunstâncias, surgem as lutas sociais e sindicais, que possuem maior ou menor força de acordo com o país e o contexto histórico de organização do trabalho.

Segundo Harvey (2011, p. 86), “[...] as crises são racionalizadoras irracionais de um capitalismo sempre instável, que vem gerando graves desastres ambientais e humanos na maximização das relações entre o capital e o trabalho, que são mediadas pelas escolhas tecnológicas, e pelas formas organizacionais”.

O autor afirma, ainda, que o capitalismo é um sistema inerentemente contraditório e que evolui de maneira aparentemente incontrolável. Isso porque os princípios que sustentam sua evolução são aparentemente obscuros. Torna-se fundamental, portanto, para se entender o fluxo do capital, compreender a dinâmica evolutiva da acumulação capitalista.

O modo de produção capitalista reproduz constantemente as condições da sua própria existência assim como forja socialmente, politicamente e economicamente práticas econômicas, relações de trabalho e processos educativos que atendem aos seus interesses de manutenção e crescimento. Nesse contexto, entendemos que

A exaltação da ideologia empreendedora no capitalismo atual pode ser explicada pela funcionalidade que suas características centrais adquirem no contexto de desemprego estrutural e da necessidade de manutenção da hegemonia burguesa. Da mesma forma que Schumpeter constrói a figura do empresário desvinculada das classes sociais, apresentando o empreendedorismo como função, na contemporaneidade, os diversos discursos do empreendedorismo também afirmam o empreendedor como um indivíduo que se coloca acima da questão de classe – de ser um trabalhador, ou de ser um capitalista (Valentim & Peruzzo, 2017, p. 117).

As práticas econômicas, nesse sentido, apresentam uma modelagem de negócio que saiba lidar com incertezas presentes no mercado, com lucros nas atividades produtivas, dando ao trabalhador-empendedor a responsabilidade por uma crise estrutural. Dada a possibilidade de volatilidade do mercado, tem-se na inovação um processo relevante de manutenção e crescimento de uma dada atividade econômica.

De acordo com Carmo, Assis, Gomes Júnior e Teixeira (2021, p.19), “Desde a década de 1970, concebida como um marco para o empreendedorismo, o conceito tornou-se alvo de interesse do campo de estudos da gestão e se disseminou por meio de discursos que o elegem como uma solução para a crise do desemprego”.

Nesse sentido surge o termo “empreendedor”, o qual, segundo (Costa, 1997), é o agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica.

Segundo Gomes e Bourlegat (2020, p. 319), “No contexto comportamental, os adeptos da teoria comportamentalista focalizam o empreendedor a partir de seus atributos, em um esforço de identificar e explicar o perfil de quem é motivado a empreender. Para eles, o empreendedor é concebido a partir de um conjunto de atributos pessoais e psicológicos”.

Nessa perspectiva, Schumpeter (1997) diferencia inovação de invenção, afirmando que os empreendedores inovam quando introduzem novas formas de produção, novos produtos e novas maneiras de organização. O elemento central que permite o desenvolvimento é a inovação, processo em que a figura do empreendedor se torna relevante:

[...] o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança (Schumpeter, 1997, p. 76).

Para o referido autor, a inovação é função dos empresários e a invenção é função dos inventores. A partir da primeira função, surge nos mercados a destruição criativa, conceito cunhado pelo economista, uma vez que a inovação torna obsoletos os estoques antigos, as ideias, as tecnologias, as habilidades e os equipamentos, desencadeando um contínuo progresso, e melhora os padrões de vida para todos.

Com efeito, Marx objetiva as condições e determinações promovidas pelas inovações no capitalismo, diferente de como as considera Schumpeter, em sua perspectiva essencialmente subjetiva. Para Marx, o sentido das inovações nesta sociedade se apresenta situado em relação à única mercadoria que produz mais-valor: a força de trabalho — chave fundamental do processo de acumulação do capital. As inovações correspondem, assim, à necessidade de aumentar a produtividade social do trabalho por meio da intensificação dos processos produtivos, reduzindo o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias (Valentim & Peruzzo, 2017, p. 111).

Importante salientar que a lógica supracitada além de atingir esferas corporativas alcança, sobretudo, esferas individuais, por meio de uma ideologia que divide com o trabalhador o ônus do alcance do lucro, utilizando a lógica do intraempreendedorismo (empreendedorismo corporativo), mas sem permitir que esse trabalhador usufrua da riqueza e do lucro que ele mesmo produziu.

Nesse sentido, Tommasi e Corrochano (2020) salientam que o empreendedorismo ocupam um lugar central na conjuntura das transformações contemporâneas do trabalho, tanto como um pressuposto desse engajamento de si demandado ao trabalhador, quanto por uma transferência do problema social do desemprego para os próprios indivíduos, tornando-os responsáveis pela criação de oportunidades que garantam sua sobrevivência econômica e social.

#### **4. Considerações Finais**

O presente artigo buscou realizar uma discussão sobre a linha conceitual que considera o empreendedorismo como uma alternativa para a saída de uma crise social e econômica, a qual geraria, dentre outras questões, o desemprego. Acredita-se, desse modo, que este ensaio contribui para a construção de um referencial teórico sobre empreendedorismo e inovação em uma vertente mais crítica e contextualizada, além de ser um importante subsídio para futuras pesquisas que se relacionem com a temática exposta.

Analisando historicamente a evolução dos meios de produção, percebe-se que o complexo processo de manutenção da estrutura capitalista de acumulação necessita de um sofisticado aparato que viabiliza as diversas flutuações, crises, retrações e avanços inerentes a esse sistema. Logo, temos no Estado uma centralidade de articulações que viabilizam o avanço e a manutenção desse modo de produção. São articulações políticas, econômicas, educacionais, religiosas, culturais, dentre outras.

Podemos entender, dessa forma, que Estado e sociedade forjam práticas econômicas consideradas estratégicas no desenvolvimento do capitalismo, e essas ações contam com o reiterado apoio do Estado, da sociedade e do poder político, como em um eterno ciclo.

Nessa perspectiva, depreendemos que a ideologia empreendedora, se utilizada apenas como uma estratégia do capital no contexto neoliberal, sem levar em consideração as reais necessidades das classes menos favorecidas, acaba por explorar os trabalhadores, colocando neles a responsabilidade da superação de uma crise oriunda do próprio sistema capitalista. Assim, o Estado não cumpre suas obrigações com efetividade e, além disso, diminui as possibilidades de resistência dos trabalhadores, uma vez que estimula a competição entre esses “pequenos empreendedores”.

Diante do exposto, sugerimos que futuras pesquisas relacionadas ao empreendedorismo, em uma perspectiva mais crítica e reflexiva, busque analisar como esses trabalhadores empreendedores vivenciam na prática as questões aqui discutidas, abordando os desafios impostos a eles pelo sistema capitalista, como, por exemplo, no caso dos “motoristas de aplicativo”. Afinal, a reprodução desse modelo social e econômico pode aprofundar as desigualdades sociais e aumentar a concentração de renda, sendo que essas são justamente as condições necessárias para que o sistema capitalista se expanda.

## Referências

- Abílio, L. C. (2020). Uberização e Juventude Periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, 39(3), 579-597.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. (2a. ed.), Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. (16a ed.), Boitempo.
- Cortez.Braga, R. (2017). *Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. Boitempo.
- Carmo, L. J. O., Assis, L. B. de, Gomes Júnior, A. B., & Teixeira, M. B. M. (2021). O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(1), 18-31.
- Carvalho, L. O. R., Duarte, F. R., Menezes, A. H. N. & Souza, T. E. S. [et al.]. (2019). *Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância*. Boitempo.
- Chesnais, F. (1997). *A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro*. Hucitec.
- Costa, R. V. (1997). Introdução à edição em português. In: SCHUMPETER, J. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Editora Nova Cultural. Filion, L. J.(1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *RAUSP Management Journal*, 34(2), 6-28.
- Ferreira, F. P. (2016). *O Estado no capitalismo contemporâneo: uma composição teórica*. XXII Encontro Nacional de Economia Política.
- Gomes, L. A. S., & Bourlegat, C. A. Le. (2020). Empreendedorismo étnico e de autoemprego em um olhar para as comunidades de imigrantes. *Interações (Campo Grande)*, 21(2), 317-330.
- Harvey, D. (2011). *O neoliberalismo: história e implicações*. (2a ed.), Edições Loyola.
- Hirsch, J. (2010). *Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Trad. Luciano Cavini Martorano. Revan.
- Marx, K., & Engels, F. (1980). *O manifesto comunista*. Ched Editorial.
- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J. & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. UFSM.
- Pochmann, M. (2017). Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educação & Sociedade*, 38(139), 309-330.
- Poulantzas, N. (1985). *O Estado, o poder, o socialismo*. (2a ed.), Boitempo.
- Schumpeter (1997). *Teoria do desenvolvimento econômico*. Editora Nova Cultural.
- Tommasi, L. de, & Corrochano, M. C. (2020). Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, 34(99), 353-372.
- Valentim, E. C. do R. B., & Peruzzo, J. F. (2017). A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo. *Temporalis*, Brasília (DF), 17 (34), 101-126.
- Weber, M. (1982). *Ensaio de sociologia*. (5a ed.), Zahar.